

ISSN 0104-1886

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CADERNOS DO I. L.

n. 10
JULHO DE 1993

TERMINOLOGIA



INICIATIVA: Projeto Terminológico Cone Sul - TERMISUL

Buscando, ainda, expandir a experiência da pesquisa terminológica, este número completa-se com contribuições de bolsistas de Iniciação Científica (FAPERGS, CNPq, PROPESP, PROEXT) e de Aperfeiçoamento (FAPERGS) que têm colaborado de maneira significativa para o avanço do TERMISUL.

Este número do Caderno de Letras reflete, pois, a multiplicidade de visões e questões que afetam a pesquisa léxico-terminológica, que se ressentem da ausência de bibliografia especializada em nível nacional. Sem pretensões, estamos buscando preencher pequena parte dessa lacuna.

Maria da Graça Krieger
Coordenadora do TERMISUL

A OBRA E O FAZER DICIONARÍSTICOS

MARIA DA GRAÇA KRIEGER
UFRGS

Neste conjunto de artigos, parece oportuno fazer algumas reflexões sobre o objeto Dicionário, independentemente de qualquer uma de suas versões: dicionário geral de língua, dicionário terminológico ou técnico-científico, ou ainda monolíngüe, bilíngüe...

Esse objeto essencial nas sociedades modernas e, há muito tempo comum a todas as culturas, costuma ser definido, em seus próprios verbetes, como um conjunto de vocábulos de uma língua, dispostos alfabeticamente, com seus respectivos significados. Uma tal conceituação vem, a rigor, expressar a própria etimologia do termo **dictionarium**, cujo sufixo **arium** significando depósito, indica lugar em que se guarda, neste caso, o elemento fundamental do dizer: as palavras.

Palavras são coletadas e reunidas para atender a uma necessidade prática das coletividades lingüísticas, permitindo assim que elas tenham à disposição o registro dos termos de sua língua, numa correspondência com os significados que os recobrem.

Constituindo-se em obra de consulta sobre termos e sentidos desconhecidos, o dicionário responde também a dúvidas como gênero, ortografia, regência, cumprindo seu papel de serventia. Responde o dicionário a tais necessidades sob a aparente simplicidade de uma lista alfabética, simples inventário de unidades lexicais.

Talvez em virtude dessa forma de expressão, a sociedade compreende a obra lexicográfica como resultado apenas de um saber-fazer pragmático que pressupõe o domínio de uma fácil técnica de compilação. Conseqüentemente, os dicionários costumam ser compreendidos como pura taxionomia de unidades lexicais, relacionadas aos significados já consagrados pelo uso. Essa compreensão ganha maior concretude na medida em que eles são aparentemente objetos apenas representativos de um saber lingüístico coletivo.

A obra dicionarística, entretanto, não se resume a uma listagem, unicamente depositário de unidades menores do dizer, nem tampouco o fazer dicionarístico restringe-se a uma técnica pragmática de compilação de palavras e de sentidos.

Em que pese a aparência de catálogo lexical, o dicionário revela um universo semântico-cultural através das unidades lexemáticas que o compõem. No caso dos dicionários gerais, o conjunto das unidades lexicais configura a amplitude do universo cultural de uma coletividade lingüística. Já os dicionários terminológicos, cujo léxico é de natureza técnico-científica, recobrem determinados campos do saber, em que o avanço do pensamento científico e as descobertas tecnológicas exigiram que novos termos fossem cunhados, com significados específicos, para fugir da ambigüidade e da polissemia do léxico comum.

Assim os dicionários, ao registrarem o conjunto das unidades significativas das línguas comuns ou das chamadas línguas de especialidade, remetem a universos sociais, culturais, científicos, tecnológicos, constituindo, a rigor, em textos. No limite, trata-se de uma categoria de texto que fala da cultura, pois o léxico, em virtude de sua natureza primeira de nomear, é semanticamente co-extensivo à cultura que o suporta e à realidade por ele recortada.

Contendo marcas sócio-históricas e ideológicas de um sujeito coletivo, o dicionário é ainda um texto que condensa percursos mínimos do dizer individual, atualizados por múltiplas enunciações. A condensação desses percursos, assim como a recuperação dos sentidos articulados pela multiplicidade de dizeres revelam ainda o dicionário como um objeto semiótico, não apenas reprodutor, mas **produtor de significação**.

Para tanto, o dicionarista realiza uma complexa tarefa, iniciada pela recuperação dos universos léxicos, chegando à estruturação de suas unidades em verbetes. Necessita pois buscar os termos, analisar-lhes o estatuto lexical e sua representatividade no interior do quadro léxico repertoriado para depois adentrar no mundo da significação. E, então, apreender os valores significativos nucleares e virtuais, explicitando-os através das definições.

Na construção dos textos definitórios, efetua-se uma operação de transposição de sentidos com vistas a estabelecer a equivalência semântica entre o termo definido e seus definidores. Essa equação semântica consiste em um dos mais árduos momentos do fazer dicionarístico, longe de ser apenas uma atividade compilatória.

O enunciado da definição não só confere aos dicionários seu padrão maior de qualidade, como evidencia que tal espécie de obra não se restringe a reproduzir a palavra do outro, mas consigna a palavra particular.

Entretanto, nos contextos dicionarísticos, as construções particulares pouco aparecem. Elas precisam ser buscadas, porque escondidas sob a coerção do universo das unidades lexicais, sob a representação do dizer coletivo, assim como ainda estão subjugadas à coerção dos esquemas metalingüísticos de natureza não verbal: pontos, barras, colchetes, entre outros. O recurso a todos esses elementos obedece à composição do tradicional código lexicográfico, cuja conveniência é indubitável para melhor aproveitamento por parte do usuário.

Em verdade, a forma de expressão dos dicionários é de tal modo consagrada que toda a produção particular esconde-se sob o arquétipo da listagem e do esquema formal do verbete, mesmo que a variedade dos inventários léxicos, dos enunciados de definição, das redes de acepções, além da variada seleção de exemplos atestem opções particulares, relações diferenciadas entre sujeito e objeto de conhecimento.

A despeito dessas configurações particulares, a sociedade concebe tais obras como possuindo um caráter de neutralidade, pois compreende a composição dicionarística como restrita ao registro do que já está dito.

Mas se essas são as visões da comunidade leiga, elas também não estão alijadas do pensamento lexicográfico tradicional. Isso porque a necessidade de registrar as unidades representativas dos códigos lingüísticos comunitários - indubitável função dos dicionários - exerce uma tal força sobre o lexicógrafo/ terminógrafo que o leva a crer que sua tarefa consiste num exercício puro de representação de todos os dizeres, atualizados em diversificados contextos.

Em alguns importantes dicionários de língua contemporâneos, essa força facilmente é identificada, pois muitos, embora tenham rompido o parâmetro de registro da língua escrita culta, alicerçada no padrão literário, e tenham buscado a língua falada, coloquial, acabam, muitas vezes, registrando extensas redes de acepções. Tais redes, construídas com base apenas em contextualizações e sem refletirem efetivas diferenças de sentido dos termos, ao invés de orientarem o consulente, prejudicam-lhe a apreensão das reais fronteiras significativas.

Mais concretamente, constata-se com freqüência um inadequado tratamento da significação, considerando que lexicograficamente a rede de acepções de um verbete justifica-se em função das diferenças de sentido que um mesmo termo comporta.

A rigor, a questão da polissemia é muitas vezes confundida, como já se disse, com a pura contextualização do termo. Para exemplificar esse problema, toma-se o verbete *estilo* do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no qual estão arroladas dezenove acepções, destacando-se as seguintes:

1- *Espécie de ponteiro de osso, metal, usado para escrever sobre a camada de cera das tábuas, e com uma extremidade em forma de espátula para anular os erros; gráfio.*

2- *Fig. Maneira de exprimir os pensamentos, falando ou escrevendo: estilo natural; estilo afetado; estilo prolixo.*

Essas duas primeiras acepções configuram claramente diferenças de sentido do termo *estilo*, definindo-o, na primeira, como objeto utilizado para escrever e, na segunda, como resultado do ato de escrever. Vale inclusive observar que a segunda acepção atualiza uma relação metonímica entre o objeto e o produto produzido. Essa relação de contigüidade, responsável pelo sentido expresso na segunda acepção, repete-se na maioria das acepções que compõem o microuniverso do verbete, como as reproduções abaixo podem atestar:

- *Maneira de escrever caracterizada pelo emprego de expressões e fórmulas próprias de uma classe, profissão, um grupo.*

- *O modo de expressar-se de um escritor, ou de um grupo ou período literário.*

- *A feição típica de um artista, de um gênero, de uma escola, de uma época, de um tipo de cultura.*

- *Maneira de tratar, viver; procedimento, conduta, modos.*

- *Modo de vestir; moda.*

Como facilmente se pode constatar, os enunciados definidores dão conta de *estilo* como **uma maneira de, um modo de expressão** individual ou de grupo. Efetivamente, o lexema não adquire outro significado na vasta rede de acepções do verbete, cuja estruturação explica-se em função dos contextos que atualizam o aspecto particular ou coletivo de *estilo*.

Assim o grande número de acepções desse verbete, que poderia ser fortemente reduzido, deve-se a elementos de ordem contextual que permitem a manifestação do *estilo*. No caso, contextos lexemáticos como "escritor", "grupo", "período", "tratar", "vestir", entre outros, justificam a rede de acepções.

O recurso a esse exemplo, em que não preponderou um correto equacionamento da polissemia, vale também para ressaltar alguns importantes aspectos que envolvem a produção das obras de referência.

Se, anteriormente, já se mencionou a forte influência que a obrigatoriedade de representação do dizer coletivo exerce sobre as organizações léxico e terminográficas, é também fundamental precisar que essa categoria de obra constitui-se em lugar de confluência da Lexicologia e da Semântica, posto que ela se ocupa da seleção e segmentação das unidades lexicais, assim como de seu tratamento conceitual.

Cabe então dizer, em virtude dessa confluência, que todo dicionário, cuja elaboração busca escapar ao empirismo, deve estruturar-se com base em fundamentos teóricos de natureza lingüística. Mais especificamente, deve compor-se como resultado da compreensão de que a Lexicologia, por se constituir no estudo científico das unidades lexicais de uma língua, é imprescindível tanto à Lexicografia, quanto à Terminologia.

Os estudos lexicológicos descrevendo, entre outros aspectos, a natureza e a composição de unidades lexicais, fornece importantes subsídios para que sejam feitas as segmentações das unidades dicionarizadas, que discursivamente constroem-se como lexias simples ou complexas.

Por outro lado, pesquisas lexicológicas, voltando-se ao estatuto das unidades lexicais, buscam estabelecer critérios científicos sobre a efetiva distinção entre o léxico comum de uma língua e o de natureza terminológica. A delimitação entre as unidades terminológicas, isto é, as de natureza técnico-científica, e as da língua comum consiste no problema básico da produção dos dicionários terminológicos.

É também o enfoque descritivo lexicológico capaz de dar conta da composição dos neologismos, explicando seus modos de inserção nas línguas que os adotam. Além disso, pode auxiliar na tradução e criação de novos termos, ao considerar as regras do sistema morfológico das línguas, garantindo níveis de identidade idiomática.

É assim que a Lexicografia e logicamente a Terminografia, sendo naturalmente tributárias da Lexicologia não podem ignorar as contribuições desse ramo da Lingüística que, em contrapartida, necessita das obras de referência para fazer avançar suas investigações.

Com igual importância, o trabalho dicionarístico não pode prescindir de uma fundamentação semântica em virtude do tratamento conceitual das lexias, projetado nas definições. Efetivamente a operação de transposição de sentido entre o termo definido e os seus definidores deve ser objeto de uma rigorosa análise semântica para evitar um tratamento empírico das questões da significação, como antes foi exemplificado.

Em síntese, os dicionários, promovendo a confluência de todos esses aspectos, não podem ser elaborados sem fundamentação lingüística, e ainda, no caso das obras terminológicas, é impossível prescindir do concurso dos especialistas do domínio repertoriado.

Através dessas relações, melhor transparece a complexidade do fazer dicionarístico, como desvela-se, para além da aparência de listagem, a imanência do objeto **dictionarium**, cuja análise exige ainda descrevê-lo à luz de mais uma de suas funções prioritárias: a de assumir o papel de código normativo no seio das comunidades lingüísticas. Constituindo-se em parâmetro das regras do "bem-dizer", o dicionário exerce grande influência sobre os comportamentos lingüísticos.

Na sociedade atual, o que está dicionarizado pode então ser escrito sem pecar contra a sobriedade, sem cometer contravenções lingüísticas. O consulente, na elaboração de suas comunicações formais, orienta-se e submete-se aos registros dicionarizados, pois **o dicionário representa o espaço de legitimidade do léxico de uma língua**. De fato, ao registrar novos sentidos, novos termos e expressões, filhos naturais da criatividade expressiva do homem, o dicionário confere-lhes legitimidade, atribuindo-lhes o estatuto de verdadeira palavra da língua.

Ao acolherem o dinamismo lingüístico e ao consagrá-lo através da ampliação formal do léxico, geral ou especializado, os dicionários revelam sobremaneira seu estatuto de poder.

Esse poder - de legitimar o léxico, de consagrar significados, de influenciar escolhas lexicais - faz ainda com que se concebam as obras de referência como objetos dinâmicos e não estáticos.

Por tudo isso, o **dictionarium** não pode ser concebido como uma simples listagem e tampouco as atividades léxico e terminográfica podem subjugar-se à representação do dizer do outro. Sem descurar dessa representação, precisam, no entanto, adotar critérios científicos para que os dicionários sejam merecedores da confiança e do poder que as sociedades lhes concedem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFA: revista de lingüística, lexicografia e lexicologia. São Paulo: UNESP, v. 28, 1984. 144 p. (Suplemento).
- AUGER, P. et al. *Méthodologie de la recherche terminologique*. Québec: Office de la langue française, 1978. 80 p. (Études, recherches et documentation).
- DUBOIS, Cl. *Introduction a la lexicographie*. Paris: Larousse: 1971. 224 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.
- KRIEGER, M. G. *A definição lexicográfica no novo dicionário Aurélio: análise sêmica de verbetes substantivos*. Porto Alegre: UFRGS, 1980. 214 p.
- LARA, S. A. *Aspectos de lexicografia teórica*. Granada: Universidad de Granada, 1989.
- RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. Québec: Gaetan Morin, 1984. 238 p.
- ZGUSTA, Ladislav. *Manual of lexicography*. The Hague: Mouton, 1971. 357 p.

TIPOLOGIA DE DICIONÁRIOS

CLECI REGINA BEVILAQUA
UFRGS

A lexicografia comporta diferentes tipos de obras de referência. A classificação destas obras não é simples, pois interferem dois fatores importantes: de um lado, critérios lingüísticos e histórico-culturais e, de outro, o fato das obras lexicográficas serem heterogêneas.

Para resolver esse problema, Haensch (1982) propõe que a caracterização dos diferentes tipos de dicionários seja feita, em primeiro lugar, a partir da história da lexicografia e, em segundo, dos critérios teórico-lingüísticos.

Neste artigo, procuraremos mostrar a tipologia das obras lexicográficas seguindo os criterios históricos e culturais que nortearam o surgimento e a evolução da ciência lexicográfica.

Como ponto de partida, temos as obras lexicográficas produzidas na Antigüidade Clássica, cujos objetivos eram compilar e explicar as palavras que, pela evolução lingüística e cultural, já não eram mais usadas pelos falantes e, em conseqüência, tornaram-se raras e incompreensíveis. A lexicografia lingüística nasce, então, da necessidade de explicar o significado das palavras.

Com este fim e principalmente para compreender as obras dos grandes escritores clássicos, surgem, na Grécia e em Roma, os glossários. Como exemplo desse tipo de obra temos o glossário de Varrão *De linguae latinae* (século I a.C.)

Em relação a esse tipo de obra, cabe ressaltar que, hoje, o termo glossário é utilizado na lexicografia com duas acepções diferentes. A primeira como um conjunto de palavras específicas de um texto medieval ou clássico, a obra de um autor, um texto dialetal ou científico. A segunda, como um conjunto de palavras de determinada área do conhecimento que não tem o objetivo de ser exaustivo.

Na Idade Média, com o distanciamento do latim vulgar do latim culto, surgem os primeiros léxicos com o objetivo de manter a língua culta e de preservar a memória dos vocábulos. Desse modo, o dicionário torna-se o lugar onde se guardam as palavras.